

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2284621620190329084528

Processo 0833989-88.2018.8.23.0010 ☆ - (89 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais Informações Adicionais Partes Movimentações Apensamentos (0) Vínculos (0)

Realces

Realçar
Movimentos de:

☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar
Movimentos:

☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor de Justiça ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo): ao Data do Movimento(Período): à Descrição:

40 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 40

500 por pág. 1

| Seq. | Data | Evento | Movimentado Por |
|------|-----------------------|--|---|
| | 40 | 29/03/2019 08:45:28 | JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE |
| | | Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (21/03/2019) | JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador |
| | 40.1 Arquivo: Petição | Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO JOAO ALVES BARBOSA FILHO, | 2558001IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIALJUR01.PDF Público |
| 39 | 22/03/2019 10:08:05 | RENÚNCIA DE PRAZO DE MATHEUS PESSOA FREITAS Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (21/03/2019) | GERSON MAURICIO GARCIA TURPO Advogado |
| 38 | 22/03/2019 10:01:54 | LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 22/03/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 34) JUNTADA DE LAUDO (21/03/2019) e ao evento de expedição seq. 36. | JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador |
| 37 | 21/03/2019 16:42:10 | LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de MATHEUS PESSOA FREITAS) em 21/03/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 34) JUNTADA DE LAUDO (21/03/2019) e ao evento de expedição seq. 35. | GERSON MAURICIO GARCIA TURPO Advogado |
| 36 | 21/03/2019 16:21:10 | EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (21/03/2019) | Nestor David Santana de Souza Estagiário |
| 35 | 21/03/2019 16:21:09 | EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de MATHEUS PESSOA FREITAS com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (21/03/2019) | Nestor David Santana de Souza Estagiário |
| | 34 | 21/03/2019 16:20:59 | JUNTADA DE LAUDO |
| | | DECORRIDO PRAZO DE MATHEUS PESSOA FREITAS (P/ advgs. de MATHEUS PESSOA FREITAS *Referente ao evento (seq. 29) RETORNO DE MANDADO(12/03/2019) e ao evento de expedição seq. 31. | Nestor David Santana de Souza Estagiário |
| 33 | 21/03/2019 00:04:24 | LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de MATHEUS PESSOA FREITAS) em | SISTEMA CNJ |
| | | | GERSON MAURICIO GARCIA |



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08339898820188230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscrive, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MATHEUS PESSOA FREITAS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **NOJ9449**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro. Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

Por outro giro, a parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa, qual seja **R\$ 1.687,50 (UM MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Ocorre que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a **liquidação do sinistro na esfera administrativa**, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da **prova pericial corresponde a valor inferior ao pagamento efetuado administrativamente**, não havendo de se falar em complementação de indenização.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado se encontra de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de

indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado *o quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer sejam julgados improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

BOA VISTA, 26 de março de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR